

Servidores do Ibama em Santarém exigiam propina de empresas.

Justiça federal também afastou dois servidores do órgão acusados de receber dinheiro para favorecer madeireiras

Um servidor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi preso e dois foram afastados das funções no órgão durante a operação Lupa II. A ação foi deflagrada pela Polícia Federal e Ministério Público Federal no Pará (MPF), em Santarém, nesta quinta-feira (13).

Os servidores são acusados de receber propina de donos de madeireiras embargadas para que as empresas voltassem a funcionar. A fraude foi descoberta a partir de uma investigação que durou quase um ano.

As próprias madeireiras denunciaram o esquema ao MPF. Segundo o delegado da PF em Santarém, Ricardo Rodrigues, os servidores agiam criando dificuldades para a liberação das empresas. Havia, então, uma abordagem aos representantes das madeireiras em que os funcionários pediam dinheiro para fazer a liberação. Rodrigues informou que a operação resultou somente em uma prisão porque no entendimento do juiz que expediu os mandados da operação só havia indícios suficientes de recebimento de dinheiro por parte deste servidor.

Leia Também: [Polícia Federal desarticula esquema no Ibama em Santarém.](#)

‘Ele emitia pareceres e pedia o dinheiro. A participação dos outros foi um pouco nebulosa. Uma servidora, por exemplo, não teve contato com ninguém, era basicamente uma conjuntura do outro servidor. Não há prova direta contra a servidora afastada, mas por cautela, o juiz entendeu que deveria ser

afastada', explicou.

Além da prisão e do afastamento dos servidores, os policiais federais apreenderam laptops, pen drives, telefones celulares e documentos relacionados ao Ibama. O material apreendido foi encaminhado para perícia. O servidor preso foi encaminhado para o presídio de Santarém.

A primeira fase da operação Lupa foi deflagrada em 2014, em parceria com o Ibama e teve como objetivo o combate à corrupção. A ação teve como resultado a intervenção do órgão por 30 dias para auditoria de processos administrativos. Na primeira fase também foram cumpridos mandados de busca e apreensão em residências de servidores e no próprio instituto.

Por ORM NEWS

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br